

CETA CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS, S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2013

CETA CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – 31 DE DEZEMBRO DE 2013

<u>ÍNDICE</u>	<u>PÁGINAS</u>
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	1 – 2
BALANÇO	3
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	4
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	5
DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	6
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	7 – 59

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Accionistas da
CETA - CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS, S.A.

Relatório sobre as demonstrações financeiras

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **CETA - CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS, S.A.**, que compreendem o balanço relativo a 31 de Dezembro de 2013 (que evidencia um total de activo de 3.079.429.192 Meticais e um total de capital próprio de 297.069.070 Meticais, incluindo um resultado líquido de 100.073.333 Meticais), a demonstração dos resultados, a demonstração de variações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa referentes ao ano então findo, bem como um resumo das políticas contabilísticas significativas e outras notas explicativas.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Moçambique, tal como disposto no Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro. Esta responsabilidade inclui ainda a concepção, implementação e manutenção do controlo interno relevante para a apresentação apropriada de demonstrações financeiras que estejam isentas de distorções materiais, quer devidas a fraude ou a erro.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras baseada na nossa auditoria. Conduzimos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e planeemos e executemos a auditoria a fim de obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos para obter prova de auditoria sobre as quantias e divulgações das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento profissional do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras, quer devido a fraude quer a erro. Ao fazer essas avaliações de risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria também inclui a avaliação da adequação das políticas usadas e da razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação global das demonstrações financeiras.

Entendemos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

Opinião

Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes a posição financeira da **CETA - CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2013, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Moçambique, tal como disposto no Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Maputo, 25 de Abril de 2014

ERNST & YOUNG, LDA.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

	Notas	31-Dez-13	31-Dez-12
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos tangíveis	5	498.600.335	535.825.592
Activos intangíveis	6	8.940.787	5.739.252
Activos por impostos diferidos	26	210.437	-
		<u>507.751.559</u>	<u>541.564.844</u>
Activo corrente			
Inventários	7	79.890.437	67.179.353
Clientes	8	1.105.339.427	752.776.109
Outros activos financeiros	9	610.855.243	226.786.120
Outros activos correntes	10	695.847.155	659.916.155
Caixa e bancos	11	79.745.371	53.955.634
		<u>2.571.677.633</u>	<u>1.760.613.371</u>
TOTAL DO ACTIVO		<u>3.079.429.192</u>	<u>2.302.178.215</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital social	12	17.500.000	17.500.000
Prémios de emissão de acções	12	3.150.000	3.150.000
Reservas	12	74.917.255	54.547.476
Resultados transitados	12	101.428.482	145.785.600
Resultado líquido do exercício		100.073.333	31.338.122
Total do capital próprio		<u>297.069.070</u>	<u>252.321.198</u>
Passivo não corrente			
Provisões	13	6.456.537	6.456.537
Empréstimos obtidos	14	39.995.642	15.379.862
Outros passivos financeiros	15	18.706.254	53.383.358
Passivos por impostos diferidos	26	59.615.603	66.889.467
		<u>124.774.036</u>	<u>142.109.224</u>
Passivo corrente			
Empréstimos obtidos	14	408.254.634	326.470.635
Outros passivos financeiros	15	589.176.633	665.289.667
Fornecedores	17	485.883.457	469.489.193
Outros passivos correntes	16	1.174.271.362	446.498.298
		<u>2.657.586.086</u>	<u>1.907.747.793</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>2.782.360.122</u>	<u>2.049.857.017</u>
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		<u>3.079.429.192</u>	<u>2.302.178.215</u>

O Técnico de Contas

A Administração

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

	Notas	2013	2012
Volume de negócios	18	1.996.309.982	1.495.107.301
Custo dos inventários vendidos ou consumidos	19	(374.125.841)	(256.962.134)
Rendimentos suplementares	20	15.612.718	2.394.032
Gastos com pessoal	21	(490.865.278)	(459.928.837)
Fornecimento e serviços de terceiros	22	(811.556.296)	(428.315.103)
Depreciações e amortizações	5,6	(132.877.497)	(140.917.750)
Imparidade de contas a receber	8,9	-	(5.443.454)
Outros ganhos e perdas operacionais	23	(35.361.301)	(15.887.128)
Resultados operacionais		167.136.487	190.046.927
Rendimentos e ganhos financeiros	24	105.618.656	51.213.842
Gastos e perdas financeiros	25	(130.703.445)	(207.668.930)
Resultado antes do imposto		142.051.698	33.591.839
Imposto sobre o rendimento	26	(41.978.365)	(2.253.717)
Resultado líquido do exercício		100.073.333	31.338.122

O Técnico de Contas

A Administração

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

	<u>31-Dez-13</u>	<u>31-Dez-12</u>
Fluxo de caixa das actividades operacionais		
Resultado liquido do exercicio	100.073.333	31.338.122
<u>Ajustamentos ao resultado relativos a:</u>		
Depreciações e amortizações	132.877.497	140.917.750
(Aumento)/redução de inventários	(12.711.084)	(7.959.547)
(Aumento)/redução de clientes e outros activos financeiros	(736.632.441)	(56.336.965)
(Aumento)/redução de outros activos correntes	(35.931.000)	(418.198.190)
Aumento/(redução) de fornecedores e outros passivos financeiros	(127.289.485)	241.680.701
Aumento/(redução) de outros passivos correntes e não correntes	720.499.200	96.612.476
<i>Caixa líquida gerada/ (usada) pelas actividades operacionais</i>	<u>40.886.020</u>	<u>28.054.347</u>
Fluxo de caixa das actividades de investimento		
Aquisição de activos tangíveis e intangíveis	(98.853.775)	(78.006.512)
Varição de caixa e equivalentes de caixa	(210.437)	-
<i>Caixa líquida gerada/(usada) nas actividades de investimento</i>	<u>(99.064.212)</u>	<u>(78.006.512)</u>
Fluxo de caixa das actividades de financiamento		
Empréstimos obtidos	213.387.566	144.573.699
Dividendos	(22.431.850)	-
Juros e gastos similares	(106.987.787)	(111.861.761)
<i>Caixa líquida gerada/(usada) nas actividades de financiamento</i>	<u>83.967.929</u>	<u>32.711.938</u>
Varição de caixa e equivalentes de caixa	<u>25.789.737</u>	<u>(17.240.227)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do exercicio	<u>53.955.634</u>	<u>71.195.861</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercicio	<u>79.745.371</u>	<u>53.955.634</u>

O Técnico de Contas

A Administração

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

	Capital Social	Prémios de emissão de ações ou quotas	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo no início de 2012	17.500.000	3.150.000	54.547.476	281.831.410	(136.045.810)	220.983.076
Aplicação do resultado do exercício anterior	-	-	-	(136.045.810)	136.045.810	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	31.338.122	31.338.122
Saldo no final de 2012	17.500.000	3.150.000	54.547.476	145.785.600	31.338.122	252.321.198
Aplicação do resultado do exercício anterior	-	-	20.369.779	10.968.343	(31.338.122)	-
Distribuição de dividendos 2012	-	-	-	(10.968.343)	-	(10.968.343)
Distribuição de dividendos 2010	-	-	-	(44.357.118)	-	(44.357.118)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	100.073.333	100.073.333
Saldo no final de 2013	17.500.000	3.150.000	74.917.255	101.428.482	100.073.333	297.069.070

O Técnico de Contas

A Administração

Para ser lido em conjunto com as notas explicativas às demonstrações financeiras

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Introdução	8
1. Bases de preparação	8
2. Principais políticas contabilísticas	9
3. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos	18
4. Alterações de políticas contabilísticas, de estimativas e erros	19
6. Activos intangíveis	22
7. Inventários	22
8. Clientes	23
9. Outros activos financeiros	27
10. Outros activos correntes	29
11. Caixa e bancos	31
12. Capital próprio	32
13. Provisões	32
14. Empréstimos obtidos	33
15. Outros passivos financeiros	35
16. Outros passivos correntes	38
17. Fornecedores	40
18. Volume de negócios	40
19. Custo dos inventários vendidos ou consumidos	43
20. Rendimentos suplementares	43
21. Gastos com pessoal	43
22. Fornecimentos e serviços de terceiros	45
23. Outros ganhos e perdas operacionais	46
24. Rendimentos e ganhos financeiros	46
25. Gastos e perdas financeiras	46
26. Impostos sobre o rendimento	47
27. Partes relacionadas	49
28. Compromissos e contingências	49
29. Gestão de risco, objectivos e políticas	51
30. Acontecimentos após a data de balanço	55
31. Outras divulgações	56

Introdução

A Ceta Construção e Serviços, S.A. (Ceta), foi constituída em 1999, mantendo a sua sede na cidade de Maputo, na Av. 24 de Julho número 2549, primeiro andar.

A Ceta é uma empresa de construção civil e obras públicas, com operações em toda a extensão do território da República de Moçambique, constituindo a sua actividade na realização de obras públicas, edifícios, estradas, estruturas em betão e em aço, abastecimento de água, saneamento, drenagens e produção de materiais.

A actual Ceta teve origem na privatização da Ceta – Obras de Engenharia, E.E. a maior empresa de engenharia e construção de Moçambique pós-independência, cujo início da actividade data de 1980.

Todos os activos e pessoal da Ceta, E.E. foram incorporados na Ceta, S.A. transferindo-se a capacidade, a experiência e o know how adquiridos.

A Ceta, S.A. iniciou a sua actividade como sociedade participada por uma empresa de capital de risco, a MINCO, com 49% das acções e alguns gestores e trabalhadores com 51% das acções da sociedade.

Em Setembro de 2005, a Ceta teve preferência na compra das acções da Minco, que foram adquiridas pelo montante de 15.031.790 Meticais, sendo que do total das 171.500 acções tituladas pela Minco, 53.429 acções foram directamente subscritas por 10 accionistas e, por decisão da Assembleia Geral, as restantes 118.071 acções foram rateadas por um conjunto de accionistas seleccionados para o efeito, tendo a Ceta financiado a operação por conta destes, que automaticamente se constituíram devedores da Empresa.

Em meados de Novembro de 2011, a Insitec Constrói, S.A adquiriu 98,10% do capital da Ceta e a restante parte permanece com Outros GTTs (Nota 12).

De acordo com a acta de Assembleia Geral extraordinária realizada em 03 de Fevereiro de 2012, a Insitec , deliberou e aprovou a venda por oferta publica de 94.152 accões representativas de 26,9% da sua participação social na Ceta – Construção e Serviços, S.A.. Destas acções 70.000 representativas de 20% do capital social foram transmitidas a favor do INSS – Instituto Nacional de Segurança Social, 17.050 acções representativas de 4,8% do capital social foram transmitidas a Intellica e o remanescente a pequenos accionistas.

1. Bases de preparação

As presentes demonstrações financeiras, que se reportam à data de 31 de Dezembro de 2013, foram preparadas em conformidade com o PGC-NIRF e, em consequência, com base no princípio do custo histórico, excepto para as situações especificamente identificadas, que decorrem da aplicação das Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF). As demonstrações financeiras foram igualmente preparadas com base nos princípios do acréscimo e da continuidade.

Na preparação destas demonstrações financeiras, não foi derogada qualquer disposição do PGC-NIRF e não existem situações que afectem a comparabilidade das diversas rubricas contabilísticas.

Note-se, no entanto, que a preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o PGC-NIRF exige que a Administração formalize julgamentos, estimativas e pressupostos, que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e mensuração dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e outros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para os quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 3.

Assim, estas demonstrações financeiras reflectem o resultado das operações e a posição financeira da Ceta com referência a 31 de Dezembro de 2013 e 2012, sendo apresentadas em meticais, arredondadas ao metical mais próximo.

As presentes Demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em reunião ocorrida em 24 de Abril de 2014 e, serão sujeitas à aprovação da Assembleia Geral de Accionistas agendada para 29 de Abril de 2014.

2. Principais políticas contabilísticas

a) Transacções em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Meticais, que constitui a moeda funcional e de apresentação utilizada pela Ceta, nas suas operações e na preparação das suas demonstrações financeiras.

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Meticais à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção.

As taxas de câmbio utilizadas para conversão dos saldos expressos em moeda estrangeira foram os seguintes:

	<u>31-Dez-13</u>	<u>31-Dez-12</u>
Rand	2,88	3,45
Dólar Norte- Americano	29,95	30,01
Euro	41,52	38,18

b) Activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pela Ceta, no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço pago pela propriedade do activo e todos os custos directamente incorridos para o colocar no estado de funcionamento.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Ceta. As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

A depreciação dos activos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, utilizando-se, assim, as seguintes vidas úteis:

	<u>Vida útil</u>
Construções	50
Equipamento básico	5 - 10
Mob. e equip. adm. social	3 - 10
Equipamento de transporte	5
Taras e vasilhames	4 - 5
Ferramentas e utensílios	4 - 5
Outros activos tangíveis	5 - 10

A Ceta efectua regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. As alterações na vida útil esperada dos activos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

Periodicamente são efectuadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. A Ceta procede à reversão das perdas por imparidade nos resultados do período caso, subsequentemente, se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este calculado com base nos fluxos de caixa estimados que se esperam a vir obter do uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil.

Um item do activo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido em resultados do período aquando da sua anulação do reconhecimento.

c) Activos intangíveis

Os activos intangíveis da Ceta são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

A Ceta procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

d) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui custos de aquisição, custos com impostos não dedutíveis, e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O custeio das saídas (consumos) é efectuado através do custo médio ponderado.

Os ajustamentos ao valor realizável líquido são avaliados numa base anual e, caso se constate a necessidade de proceder ao seu reconhecimento, registadas como uma dedução ao activo, por contrapartida dos resultados do exercício.

e) Custo dos empréstimos obtidos

Os custos dos empréstimos obtidos que são directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um activo elegível fazem parte do custo do activo. Esses custos são capitalizados como parte do custo do activo quando é provável que resultem em benefícios económicos futuros para a Ceta e podem ser mensurados com fiabilidade.

f) Imparidade de itens não monetários

A Ceta avalia, a cada data de relato, ou com maior frequência caso tenha ocorrido alterações que indiquem que um determinado activo possa estar em imparidade, se existem indicações de que um activo não financeiro se possa encontrar em imparidade. Se tal indicação existir, a respectiva quantia recuperável é estimada. Caso esta se apresente inferior à quantia escriturada, o activo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

A cada data de balanço, a Ceta reavalia se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, a Ceta estima a quantia recuperável do activo é estimada e revertidas as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

g) Locações

Na determinação de um contrato é ou contém uma locação é baseada na substância do contrato, atentando à determinação de qual a entidade que retém substancialmente os riscos e vantagens inerentes à propriedade do bem locado.

Nas locações financeiras, as quais transferem substancialmente para a Ceta todos os riscos e vantagens, o custo do activo é registado como um activo tangível, e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. A depreciação do activo é calculado conforme descrito na nota 2 (b) e registada como gasto na demonstração de resultados dentro do período a que respeitam.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital (tal como inicialmente reconhecido como passivo). Os encargos financeiros são suportados aos exercícios a que se referem.

h) Activos financeiros

A classificação dos activos financeiros no seu reconhecimento inicial depende do objectivo para o qual o instrumento foi adquirido bem como das suas características, considerando as seguintes categorias:

Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

A categoria de activos financeiros ao justo valor através dos resultados inclui activos financeiros detidos para negociação, adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo e outros activos financeiros ao justo valor por via dos resultados.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados detidos com a intenção de manter por tempo indeterminado ou designados para venda no momento do seu reconhecimento inicial.

Activos financeiros detidos até à maturidade

Considera-se activos detidos até à maturidade a categoria de activos financeiros não derivados com pagamentos fixos e determináveis e maturidades fixadas, tendo a Ceta a intenção de deter os mesmos até à maturidade.

Empréstimos e contas a receber

Classifica-se como empréstimos e contas a receber os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não estejam cotados num mercado activo.

Os activos financeiros são reconhecidos no balanço da Ceta na data de contratação pelo respectivo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para activos e passivos ao justo valor através dos resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados.

Entende-se por justo valor o montante pelo qual um activo ou passivo pode ser transferido ou liquidado, entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado. O justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é, geralmente, o preço da transacção.

O justo valor é determinado com base em preços de um mercado activo ou em métodos de avaliação no caso de inexistência de tal mercado activo. Um mercado é considerado activo se ocorrerem transacções de forma regular.

A Ceta avalia, à data de cada balanço, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro ou grupo de activos financeiros está em imparidade. Considera-se que um activo financeiro está em imparidade se, e apenas se, existir evidência objectiva de perda de valor em resultado de um ou mais acontecimentos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do activo e desde que tais acontecimentos tenham um impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados dos activos financeiros. A evidência de imparidade pode incluir indicações de que o devedor ou um grupo de devedores está em dificuldades financeiras, incumprimento ou mora na liquidação de capital ou juros, a probabilidade de entrarem em falência ou em reorganização financeira e sempre que esteja disponível informação que indica um decréscimo de valor dos fluxos de caixa futuros.

Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento

As aquisições e alienações dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, assim como os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da sua transacção.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados.

A anulação dos activos financeiros ocorre quando os direitos contratuais do activo financeiro expira, ou quando a Empresa tenha procedido à transferência substancial de todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente, todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Ceta tenha transferido o controlo sobre esses activos.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos pelo justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados do exercício.

Os activos financeiros disponíveis para venda são valorizados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas em capitais próprios até ao momento da anulação do reconhecimento, ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registado em capitais próprios é transferido para resultados.

Os activos detidos até à maturidade, assim como os empréstimos e contas a receber, após o reconhecimento inicial são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efectiva. Ganhos e perdas são reconhecidos em resultados aquando da anulação do reconhecimento se encontra em imparidade, assim como decorrentes de aplicação do método do juro efectivo.

O justo valor dos activos financeiros que são negociados em mercados financeiros organizados é o seu preço de compra corrente ("bid price"). Para a ausência de um mercado activo, o justo valor é determinado através de técnicas de avaliação, tais como preços de transacção recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

Para os activos financeiros que não sejam passíveis de mensurar com fiabilidade o seu justo valor, os mesmos são reconhecidos ao custo de aquisição, sendo qualquer imparidade registada por contrapartida de resultados.

Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade.

Activos financeiros registados ao custo amortizado

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade em empréstimos concedidos e contas a receber ou investimentos detidos até à maturidade registados pelo custo amortizado, a quantia da perda é mensurada como a diferença entre a quantia registada do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. A quantia registada do activo deve ser reduzida através do uso de uma conta de redução do activo. A quantia da perda deve ser reconhecida nos resultados.

Se, num período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminui e a diminuição pode ser relacionada objectivamente com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida deve ser revertida ajustando a conta de redução do activo. A reversão não deve resultar numa quantia registada do activo financeiro que exceda a quantia que poderia ter sido determinada pelo custo amortizado, caso a imparidade não tivesse sido reconhecida à data em que a imparidade foi revertida. A quantia da reversão deve ser reconhecida nos resultados.

Activos financeiros registados pelo custo

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade num instrumento de capital próprio não cotado que não está registado pelo justo valor porque o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, ou num activo derivado que está ligado a, e que deve ser liquidado pela entrega de, um tal instrumento de capital próprio não cotado, a quantia da perda por imparidade é mensurada pela diferença entre a quantia registada do activo financeiro e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno de mercado corrente para um activo financeiro semelhante. Estas perdas por imparidade não devem ser revertidas.

Activos financeiros disponíveis para venda

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada capital próprio, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

i) Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

j) Passivos financeiros

Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados incluem os passivos financeiros detidos para negociação e outros passivos financeiros ao justo valor através dos resultados reconhecidos no momento inicial.

Empréstimos obtidos e contas a pagar

Classificamos nesta categoria os restantes passivos financeiros.

Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados.

A anulação do passivo financeiro ocorre quando as obrigações contratuais do passivo financeiro expiram.

Quando um passivo financeiro é substituído por outro do mesmo credor, em condições substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente diferentes, essa troca ou alteração é tratada como uma anulação do reconhecimento do passivo original e é reconhecido um novo passivo, sendo a diferença dos valores registada em resultados.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os empréstimos e contas a pagar, após o reconhecimento inicial são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efectiva. Ganhos e perdas são reconhecidos em resultados aquando da anulação do reconhecimento se encontra em imparidade, assim como decorrentes de aplicação do método do juro efectivo.

k) Provisões

A Ceta constitui provisões quando tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos financeiros, e este possa ser determinado com fiabilidade.

O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

As provisões são revistas, pelo menos, na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

l) Reconhecimento de gastos e rendimentos

A Ceta regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual estes elementos são reconhecidos na data da transacção que os origina, independentemente do respectivo pagamento ou recebimento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de "Outros activos correntes" ou "Outros passivos correntes", consoante a natureza da diferença.

m) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo são mensurados numa base não descontada e imputados ao resultado na medida em que o serviço é prestado.

É um reconhecido um passivo para o montante esperado de bónus ou distribuição de resultados se a Ceta tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor, em resultado de um acontecimento passado, de um serviço prestado por um empregado e se a obrigação puder ser mensurada com fiabilidade.

n) Reconhecimento do rédito

Contratos de construção

Para o reconhecimento dos rendimentos e gastos dos contratos de construção, a Ceta adopta o método da percentagem de acabamento. De acordo com este método, os rendimentos directamente relacionados com as obras em curso são reconhecidos na demonstração de resultados em função da sua percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo rácio entre os custos incorridos até à data do balanço e os custos totais estimados das obras. As diferenças entre os rendimentos apurados através da aplicação deste método e a facturação emitida são contabilizadas nas rubricas "Outros activos correntes" ou "Outros passivos correntes", consoante a natureza da diferença.

Variações nos trabalhos face à quantia de rédito acordada no contrato são reconhecidas no resultado do exercício quando é fortemente provável que o cliente/consórcio aprove a quantia de rédito proveniente da variação, e que esta possa ser mensurada com fiabilidade.

As reclamações para reembolso de gastos não incluídos no preço do contrato são incluídas no rédito do contrato quando as negociações atinjam um estágio avançado de tal forma que é provável que o cliente/consórcio aceite a reclamação, e que é possível mensurá-la com fiabilidade.

Nas situações em que a Ceta é contratada para realização de uma obra e, por sua vez, subcontrata um terceiro para tal, retendo uma comissão, reconhece o rendimento relativo à mesma com base na percentagem de acabamento da obra. Estes rendimentos são apresentados na fase da demonstração dos resultados separadamente dos réditos relativos a obras executadas directamente pela Ceta.

Quando for provável que os custos totais do contrato excedam o rédito total do contrato, a perda total esperada é reconhecida imediatamente como um gasto.

Restantes actividades

O rédito relativo a vendas e prestações de serviços em geral são reconhecidos com a sua realização, de acordo com o princípio do acréscimo. Os rendimentos financeiros relacionados com a mora no pagamento por parte dos clientes são reconhecidos quando há significativa evidência da sua cobrabilidade.

Os benefícios de curto prazo são mensurados numa base não descontada e imputadas aos resultados na medida em que o serviço é prestado.

É reconhecido um passivo para o montante esperado de bónus ou distribuição de resultados se a Ceta tem uma obrigação legal ou construtiva em pagar esse valor resultante de um acontecimento passado de um serviço prestado por um empregado e se a obrigação puder ser mensurada com fiabilidade.

o) Empreendimentos conjuntos

As obras em que a Ceta se associa a outras entidades para sua execução são classificadas como empreendimentos conjuntos. Os empreendimentos conjuntos em que a Ceta participa têm vindo a assumir, sempre, a forma de operações conjuntamente controladas.

Deste modo, relativamente a este tipo de obras, a Ceta reconhece, nas suas demonstrações financeiras, os activos que controla e os passivos que assume, bem como os gastos que suporta e a parte do rédito que obtém da venda de bens e serviços pelo empreendimento conjunto.

p) Impostos sobre o rendimento

Impostos correntes

O imposto corrente, activo ou passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de balanço.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais dão também origem a impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capitais próprios, não afectando o resultado do exercício.

3. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos

A preparação das demonstrações financeiras da Ceta, exige que a Administração efectue julgamentos, estimativas e premissas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total de activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que concerne ao efeito dos custos e proveitos reais.

O PGC-NIRF estabelece um conjunto de políticas contabilísticas que requerem que a Administração efectue julgamentos e realize estimativas. As principais estimativas contabilísticas utilizadas pela Ceta, são analisadas como segue:

Rédito de contratos de construção

A percentagem de acabamento das obras, utilizada para efeitos do reconhecimento do rédito em contratos de construção, é estimada atendendo à última informação disponível à data de encerramento das contas, relativa aos custos já efectivamente incorridos e aos custos estimados para a conclusão das mesmas. No que se refere aos custos estimados para a conclusão, a Administração socorre-se dos orçamentos de obra, bem como da informação dos seus responsáveis técnicos, a qual pode evoluir no decurso do remanescente da obra.

O rédito é reconhecido com referência à última informação disponível à data de encerramento das contas, relativa ao rédito já efectivamente contratado e aos acréscimos que possam observar-se do mesmo (trabalhos a mais, reclamações e incentivos), atendendo à expectativa da Administração de que estes venham a efectivar-se, mediante aceitação do dono da obra.

Imparidade de contas a receber

A Ceta reavalia periodicamente a evidência de imparidade de forma a aferir da necessidade de reconhecer perdas por imparidade adicionais. Nomeadamente, para a determinação do nível de perda potencial, são usadas estimativas da Administração nos cálculos dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros. Tais estimativas são baseadas em pressupostos de diversos factores, podendo os resultados efectivos alterar no futuro, resultando em alterações dos montantes constituídos para fazer face a perdas efectivas.

Adicionalmente à análise de imparidade individual, a Ceta efectua uma análise de imparidade colectiva das contas a receber para fazer face a situações de perda de valor que, embora não especificamente identificáveis, incorporam um grande risco de incumprimento face à situação inicial, no momento em que foram reconhecidos.

A Administração, considera que a imparidade determinada com base na metodologia apresentada permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de clientes.

Vidas úteis dos activos tangíveis e intangíveis

A Ceta reavalia continuamente as suas estimativas sobre a vida útil dos activos tangíveis e intangíveis. As estimativas de vida útil remanescente são baseadas na experiência, estado e condição de funcionamento do activo. Caso se entenda necessário, estas estimativas são sustentadas em pareceres técnicos emitidos por peritos independentes.

Imparidade de activos tangíveis e intangíveis

Os activos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indiquem que a sua quantia registada excede a recuperável.

Considerando as incertezas quanto à quantia recuperável destes activos de longo prazo, pelo facto das análises se basearem na melhor informação à data, as alterações de pressupostos podendo resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados da Ceta.

Provisões

As provisões constituídas para fazer face a perdas prováveis em processos judiciais em que a Ceta é parte interessada são constituídas, atendendo à expectativa de perda da Administração, sustentada na informação prestada pelos seus assessores jurídicos, sendo objecto de revisão anual.

Impostos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pela Ceta com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento da Ceta, sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Por outro lado, as Autoridades Fiscais dispõem de faculdade de rever a posição fiscal da Ceta durante um período de 10 anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPC e IVA, eventuais correcções.

A Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que a Ceta se encontra sujeita, pelo que eventuais correcções à matéria colectável declarada, decorrentes destas revisões, não se espera que venham a ter um efeito nas demonstrações financeiras.

4. Alterações de políticas contabilísticas, de estimativas e erros

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas que produzam efeito na comparabilidade desses exercícios.

De igual forma, não ocorreram alterações significativas de estimativas, nem foram detectados erros que motivem a reexpressão das quantias comparativas.

5. Activos tangíveis.

O movimento ocorrido nos activos tangíveis é analisado como segue:

	31-Dez-12	Aumentos	Alienações/Abates	Transferências	31-Dez-13
Custo de aquisição					
Construções	386.419.097	-	-	-	386.419.097
Equipamento básico	861.701.522	91.482.440	(1.674.792)	-	951.509.170
Mob. e equip. adm. social	22.402.619	2.014.994	-	-	24.417.613
Ferramentas e utensílios	16.736.285	600.047	-	-	17.336.332
Outros activos tangíveis	18.935.082	383.500	-	-	19.318.582
Investimentos em curso	6.921.237	503.991	-	-	7.425.228
	1.313.115.842	94.984.972	(1.674.792)	-	1.406.426.022
Depreciações acumuladas					
	31-Dez-12	Depreciações do exercício	Alienações/Abates	Regularizações	31-Dez-13
Construções	177.246.262	17.383.596	-	-	194.629.858
Equipamento básico	570.487.869	109.959.868	(1.674.792)	-	678.772.945
Mob. e equip. adm. social	14.015.235	2.228.606	-	(1.158.249)	15.085.592
Ferramentas e utensílios	13.563.345	921.894	-	-	14.485.239
Outros activos tangíveis	1.977.539	1.873.728	-	1.000.786	4.852.053
	777.290.250	132.367.692	(1.674.792)	(157.463)	907.825.687
Valor líquido	535.825.592				498.600.335

	31-Dez-11	Aumentos	Alienações/Abates	Transferências	31-Dez-12
Custo de aquisição					
Construções	386.419.097	-	-	-	386.419.097
Equipamento básico	814.831.447	70.136.792	(23.266.717)	-	861.701.522
Mob. e equip. adm. social	18.823.360	3.579.259	-	-	22.402.619
Ferramentas e utensílios	16.546.286	189.999	-	-	16.736.285
Outros activos tangíveis	5.377.919	13.557.163	-	-	18.935.082
Investimentos em curso	7.173.637	-	-	(252.400)	6.921.237
	1.249.171.746	87.463.213	(23.266.717)	(252.400)	1.313.115.842

	31-Dez-11	Depreciações do exercício	Alienações/Abates	Transferências	31-Dez-12
Depreciações acumuladas					
Construções	159.442.350	17.803.912	-	-	177.246.262
Equipamento básico	462.845.924	116.980.860	(9.338.915)	-	570.487.869
Mob. e equip. adm. social	13.250.903	764.332	-	-	14.015.235
Ferramentas e utensílios	8.667.011	4.896.334	-	-	13.563.345
Outros activos tangíveis	1.977.539	-	-	-	1.977.539
	646.183.727	140.445.438	(9.338.915)	-	777.290.250
Valor líquido	602.988.019				535.825.592

O incremento registado na rubrica equipamento básico, no montante de 91.482.440 meticais, corresponde, essencialmente, a maquinaria pesada diversa utilizada pela Empresa no decurso da sua actividade, tal como, Caterpillar, guas, escavadoras, auto betoneiras, entre outras.

O valor contabilístico dos bens adquiridos em regime de locação financeira apresenta-se como segue:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Equipamento básico	25.091.489	102.682.134
Equipamento de transporte	40.313.140	86.486.213
	65.404.629	189.168.347

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, foram adquiridas 8 viaturas em regime de locação financeira, num total de 8.749.089 meticais. Em 31 de Dezembro de 2013, o valor líquido contabilístico destas viaturas ascende a 8.089.091 meticais.

6. Activos intangíveis

O movimento ocorrido nos activos intangíveis é analisado como segue:

	31-Dez-12	Aumentos	Regularizações	31-Dez-13
Custo de aquisição				
Software	4.723.121	-	-	4.723.121
Investimentos em curso	4.723.501	3.868.800	-	8.592.301
	9.446.622	3.868.800	-	13.315.422

	31-Dez-12	Amortizações do exercício	Regularizações	31-Dez-13
Amortizações acumuladas				
Software	3.707.370	509.805	157.460	4.374.635
	3.707.370	509.805	157.460	4.374.635
Valor líquido	5.739.252			8.940.787

	31-Dez-11	Aumentos	Alienações/Abates	31-Dez-12
Custo de aquisição				
Software	4.723.121	-	-	4.723.121
Investimentos em curso	-	4.723.501	-	4.723.501
	4.723.121	4.723.501	-	9.446.622

	31-Dez-11	Amortizações do exercício	Alienações/Abates	31-Dez-12
Amortizações acumuladas				
Software	3.235.058	472.312	-	3.707.370
	3.235.058	472.312	-	3.707.370
Valor líquido	1.488.063			5.739.252

Em 31 de Dezembro de 2013, o investimento em curso, no montante de 4.723.501 meticais refere-se a dispêndios efectuados por conta da implementação do projecto "Modernização dos Sistemas e Tecnologias de Informação da CETA - Implementação do SAP Business All –in -One.

7. Inventários

Os inventários apresentam-se como segue:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Materias-primas	24.569.920	23.157.430
Materias auxiliares	5.665.538	9.523.476
Materiais de construção	49.654.979	34.498.447
	79.890.437	67.179.353
Imparidade	-	-
	79.890.437	67.179.353

Os inventários da Empresa incluem materiais diversos utilizados nas obras, como betume, ferro, cimento, entre outros. O incremento face ao ano transacto decorre do aumento de projectos em curso.

8. Clientes

Os clientes incluem os seguintes saldos:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Ministérios	41.950.089	51.734.320
ANE	130.376.892	74.939.058
Conselho Municipal	201.340.989	108.366.556
Empreendimentos conjuntos	257.294.910	240.041.991
Retenções	218.323.666	125.451.710
Outros	278.293.191	174.482.784
	1.127.579.737	775.016.419
Imparidade acumulada de contas a receber	(22.240.310)	(22.240.310)
	1.105.339.427	752.776.109

O movimento das perdas por imparidade durante o período foi o seguinte.

	31-Dez-13	31-Dez-12
A 1 de Janeiro	22.240.310	16.796.856
Reforço	-	5.443.454
A 31 de Dezembro	22.240.310	22.240.310

A imparidade de clientes é efectuada com base na antiguidade de saldos e atendendo à expectativa de recuperabilidade.

Os clientes Ministérios analisam-se como segue:

	<u>31-Dez-13</u>	<u>31-Dez-12</u>
Ministério da Educação	29.381.251	34.306.012
Ministério da Saúde	12.568.838	17.428.308
	<u>41.950.089</u>	<u>51.734.320</u>

Em 31 de Dezembro de 2013, o saldo a receber do ministério da saúde resulta de uma obra efectuada no Hospital Rural de Vilankulos. O saldo a receber do Ministério de Educação resulta de diversos projectos, dos quais, os mais significativos, são o do Instituto Superior Politécnico do Songo e a construção de uma Escola Secundária em Mueda.

Os clientes ANE incluem os seguintes saldos:

		<u>31-Dez-13</u>	<u>31-Dez-12</u>
Administração Nacional das Estradas	(a)	93.862.481	62.552.962
Delegação Provincial da Zambézia	(b)	16.754.194	6.491.908
Delegação provincial de Manica	(c)	10.658.667	-
Delegação Provincial de Tete		3.652.583	3.652.583
Delegação Provincial de Cabo Delgado		3.207.362	-
Delegação Provincial de Sofala		2.241.605	2.241.605
		<u>130.376.892</u>	<u>74.939.058</u>

- a) Em 31 de Dezembro de 2013, o saldo a receber da Administração Nacional de Estradas refere-se a vários projectos dos quais os mais significativos são a construção de um troço de estrada entre N'Thinga e Chitunda e entre Nangade e Namaua. Este saldo inclui também valores de Iva retido nos pagamentos das facturas por esta entidade, os quais, não foram, consequentemente, entregues aos cofres do Estado, em 31 de Dezembro de 2013.
- b) O saldo a receber da delegação da província da Zambézia refere-se essencialmente à obra de pavimentação da Avenida da Liberdade em Quelimane.
- c) O saldo a receber da delegação da província de Manica está relacionado com a empreitada de reabilitação da estrada entre Chimoio e Machipanda.

Os clientes Conselho Municipal analisam-se como segue:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Maputo	(a) 111.594.351	91.163.197
Beira	(b) 59.913.872	17.203.359
Tete	28.486.162	-
Vilankulos	1.346.604	-
	201.340.989	108.366.556

a) Em 31 de Dezembro de 2013, o saldo a receber do conselho municipal de Maputo está relacionado, essencialmente, com a empreitada de manutenção periódica das ruas de Maputo (73.862.004 meticais) e a empreitada de construção do cemitério de Michafutene (20.299.968 meticais).

b) O saldo a receber do conselho Municipal da Beira está relacionado com a empreitada de manutenção das ruas e avenidas da cidade da Beira.

Os clientes Empreendimentos conjuntos compreendem o seguinte:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Ceta CMC Joint Venture	(a) 59.483.065	90.658.126
Consórcio Conduril Ceta	(b) 134.814.484	86.386.504
Ceta Ricon Joint Venture	62.997.361	62.997.361
	257.294.910	240.041.991

a) Em 31 de Dezembro de 2013, o saldo a receber do consórcio CETA-CMC está relacionado com a empreitada de reabilitação e expansão do sistema de drenagem de águas da cidade de Quelimane.

b) O saldo a receber do consórcio CETA-Conduril está relacionado com a empreitada de manutenção periódica da estrada n380 entre Macomia e Oasse, província de Cabo Delgado.

As retenções de garantia, representam as retenções para boa execução das obras, e compreendem:

	31-Dez-13	31-Dez-12
ENH Logistics - Construção de acampamento de Palma	76.265.940	-
Consórcio Conduril ceta	26.089.170	12.831.734
CMC Africa Austral - Manutenção periodica das ruas de Maputo	13.071.643	13.667.737
ANE - Reabilitação da estrada Chimoio - Machipanda	12.598.316	10.222.930
ANE - Acesso ao estadio nacional no Zimpeto	9.793.165	9.793.165
Conselho Municipal de Maputo - Reabilitação da rua Milagre Mabote	7.315.339	7.031.141
NCC Moçambique	5.937.500	5.937.500
Conselho Municipal da Beira - Reparação de Ruas e Avenidas na Cidade da Beira	5.470.588	-
Direcção Provincial de Tete - Manutenção de rotina 272 Kms em Tete	5.308.445	5.308.445
Conselho Municipal de Maputo - Reparação das ruas da Cidade de Maputo	5.179.730	2.432.766
ANE - Melhoramento da estrada Namaua - Nangade	4.953.687	4.953.687
Conselho Municipal de Maputo - Construção do Cimiterio de Michafutene	4.841.033	5.308.445
Conduril	4.090.848	4.090.848
Conselho Municipal de Vilanculos	4.085.610	4.085.610
ANE - Acesso ao batelão em Caia	3.521.081	3.521.081
ANE - Reabilitação da estrada Mopeia - Luabo	2.993.119	4.905.001
Construção da Escola Secundária de Chissano	254.428	6.069.402
Reabilitação da Estrada Inchope-Gorongosa-Caia	139.334	139.334
Manutenção periodica das Ruas de Maputo - Lotes I e II	-	2.432.766
Reabilitação de estrada Macomia - Oasse	-	3.207.362
Outros	26.414.690	19.512.756
	218.323.666	125.451.710

Os outros clientes incluem os seguintes saldos:

	31-Dez-13	31-Dez-12
DNA - Direcção Nacional de Águas	(a) 57.404.969	14.137.418
ENH logistics, S.A.	(b) 52.015.885	-
Somague Moçambique, Lda	(c) 33.884.339	-
CIMBETÃO - Ciimpor Betão de Moçambique	14.707.651	18.911.535
Rio Doce Moçambique	12.623.449	17.968.374
RICON (JV)	11.641.627	11.641.627
NCC Moçambique	7.242.495	7.242.495
AFECC - CENM	5.911.341	5.911.341
CFM - Caminhos de Ferro de Moçambique	4.599.672	4.599.672
Bricon	3.418.992	3.418.992
JICS - Japan International Cooperation System	2.796.670	2.796.670
Planos e vedações	2.641.265	2.641.265
CCH - Construções e Engenharia	2.432.430	2.432.430
T.C.O. - Transportes Carlos Oliveira	2.270.007	1.887.059
Conduril	1.683.796	1.932.868
Total Moçambique	1.403.355	1.403.355
Riversdale Moçambique	-	17.593.853
Emocil	-	226.005
PAF - Construções	-	13.500
Elisabeth Gliser Pediatría Aids Foundation	-	1.236.457
Outros	61.615.248	58.487.868
	278.293.191	174.482.784

- a) O saldo a receber da Direcção Nacional de Águas, está relacionado com as empreitadas de abastecimento de água em Mueda (19.399.546 meticais), a Limpeza de valas de drenagem de Maputo (4.384.015 meticais) e a empreitada de construção do acesso ao estádio nacional do Zimpeto (33.621.498 meticais).
- b) O saldo a receber da ENH Logistics está relacionado com a empreitada de concepção e construção de acampamento em Palma, província de Cabo Delgado.
- c) O saldo a receber da Somague está relacionado com o contrato de empreitada para a exploração de pedreiras, movimento de terras, drenagens e paisagismos.

9. Outros activos financeiros

A rubrica de outros activos financeiros apresenta-se como segue:

	<u>31-Dez-13</u>	<u>31-Dez-12</u>
Partes relacionadas	349.682.329	135.683.873
Adiantamentos a fornecedores	225.363.980	67.949.780
Outros devedores	32.517.017	18.052.467
Dívidas de colaboradores	4.817.007	6.625.090
Depósito de cauções	162.000	162.000
	<u>612.542.333</u>	<u>228.473.210</u>
Imparidade acumulada de contas a receber	(1.687.090)	(1.687.090)
	<u>610.855.243</u>	<u>226.786.120</u>

Os movimentos das perdas por imparidade durante o período foram como segue:

	<u>31-Dez-13</u>	<u>31-Dez-12</u>
A 1 de Janeiro	1.687.090	3.748.553
Reforço	-	-
Utilização	-	(2.061.463)
A 31 de Dezembro	<u>1.687.090</u>	<u>1.687.090</u>

A imparidade de activos financeiros é efectuada com base na antiguidade de saldos e atendendo à expectativa de recuperabilidade.

Os saldos a receber de partes relacionadas são conforme segue:

	<u>31-Dez-13</u>	<u>31-Dez-12</u>
Insitec SGPS	172.683.818	99.668.258
Insitec Constrói	144.733.002	33.263.868
Insitec Imobiliária	31.064.603	2.000.000
Intellica	1.200.906	751.747
	<u>349.682.329</u>	<u>135.683.873</u>

A rubrica de adiantamentos aos fornecedores inclui os seguintes montantes:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Natong Construction	33.378.379	-
Infrasnet Swazi (PTY)	31.687.470	14.173.289
Agricon Swaziland	26.982.097	-
Barlow ord Equipment	23.831.400	1.154.581
Conram - Construções Ram	22.101.515	25.641.026
Sodel	10.998.480	-
Lts Bulk Transport Kenzam (PTY)	10.573.688	-
JFS Moçambique Engenh, Lda	6.978.811	-
M&F Conserta	4.780.496	-
Acel	4.347.939	4.347.939
Semetec - Sistema Electricos e Electronicos	3.918.994	8.965.716
Peixoto & Peixoto	2.738.159	2.624.678
C.F.Gama Afonso	1.976.601	475.518
Ecu - Despachante Aduaneiro	1.603.077	2.296.560
Jazmak Motors	465.075	-
Isoflooring	310.759	-
B.J. Drilling	302.170	302.170
Xiule Commerce	120.000	120.000
Prisma	6.000	2.106.000
Euro Sun	-	426.615
Outros	38.262.870	5.315.688
	225.363.980	67.949.780

O valor adiantado à Natong, foi transferido da Insitec Constrói em virtude de a Ceta ter assumido o contrato de construção do edifício para o Instituto Superior Politécnico do Songo, obra tutelada pelo Ministério da Educação – DIPLAC.

Os outros devedores decompõem-se da seguinte forma:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Britanor, S.A.	10.986.436	-
TIM - Televisão Independente de Maputo	7.458.436	-
CETA - CMC (JV)	6.816.667	6.750.000
Consórcio Conduril - CETA	2.316.700	2.316.700
MAP - Molócué Agro Processamento, Lda	-	7.391.223
Alfândegas de Maputo	-	1.422.771
Outros	4.938.778	171.773
	32.517.017	18.052.467

10. Outros activos correntes

A rubrica de outros activos correntes apresenta-se como segue:

	31-Dez-13	31-Dez-12
<u>Estado</u>		
Pagamento especial por conta de 2012	100.000	100.000
	<u>100.000</u>	<u>100.000</u>
<u>Acréscimos e diferimentos</u>		
Acréscimos de rendimento	685.711.403	653.386.254
Gastos diferidos	10.035.752	6.429.901
	<u>695.747.155</u>	<u>659.816.155</u>
	<u>695.847.155</u>	<u>659.916.155</u>

O detalhe dos acréscimos de rendimentos decompõe-se como segue:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Instituto Superior Politéc. Songo	10.160.850	-
Construção cemitério de Michafutene	10.106.663	-
Drenagem da Cidade de Quelimane	9.761.676	-
Construção estrada R763-Troço Nangade-Namaua	4.824.307	-
Drenagem de Macurungo	3.815.844	-
Reabilitação do Jardim Tunduro	1.821.569	-
Manutenção periódica das ruas de Maputo	1.140.000	17.455.680
Abastecimento de águas em Mueda - Cabo Delgado	-	44.206.152
Reabilitação de casas de reassentamento de Catembe	-	35.632.236
Manutenção periódica da estrada de Macomia - Oasse	-	15.538.657
Reabilitação da rua Milagre Mabote	-	5.683.964
Reabilitação da estrada Chimoio Machipanda	-	5.583.931
Venda da Pedra a Osel Odebrecht	-	4.538.400
Outros	44.800	7.705.834
	<u>41.675.709</u>	<u>137.695.929</u>
Grau de acabamento	644.035.694	515.690.325
	<u>685.711.403</u>	<u>653.386.254</u>

11. Caixa e bancos

Esta rubrica decompõe-se como se segue:

	<u>31-Dez-13</u>	<u>31-Dez-12</u>
Caixa	1.739.669	508.984
Depósitos à ordem	75.307.390	50.748.338
Depósitos a prazo	2.698.312	2.698.312
	<u>79.745.371</u>	<u>53.955.634</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 o saldo de caixa é composto na íntegra por meticais.

A rubrica de depósitos à ordem decompõe-se da seguinte forma:

	<u>31-Dez-13</u>	<u>31-Dez-12</u>
<u>Saldos em moeda nacional</u>		
Banco Unico	110.298	35.899.248
Millennium BIM	9.012.469	12.035.793
Barclays Bank	206.584	17
Standard Bank	780.771	111.788
First National Bank	-	105.027
Mozabanco	3.000	3.000
BCI	46.494.618	2.584.094
	<u>56.607.740</u>	<u>50.738.967</u>
<u>Saldos em moeda estrangeira</u>		
<u>Dólares Norte-Americanos</u>		
BCI	-	1.205
Millennium BIM	16.552.677	4.432
FNB	736.936	-
Banco Unico	221.429	-
Standard Bank	1.081.155	3.734
<u>Euros</u>		
Banco Unico	8.221	-
Millennium BIM	99.232	-
	<u>18.699.650</u>	<u>9.371</u>
	<u>75.307.390</u>	<u>50.748.338</u>

Os depósitos a prazo foram constituídos no BCI.

12. Capital próprio

O capital social da Ceta encontra-se integralmente subscrito e realizado, sendo expresso por 350.000 ações cada uma com o valor nominal de 50 Meticais, e é detido pelas seguintes entidades:

Titular das ações	Quantidade	Valor	%
Insitec Constrói	255.848	12.792.500	73,10%
INSS	70.000	3.500.000	20%
Intellica	17.500	840.000	4,80%
Outros, GTT e privados	6.652	367.500	2,10%
	350.000	17.500.000	100%

As reservas apresentam-se como segue:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Reservas legais	4.130.000	4.130.000
Reservas livres	15.601.418	15.601.418
Reservas para investimentos	55.185.837	34.816.058
	74.917.255	54.547.476

De acordo com a lei vigente a Empresa deve transferir para reserva legal 5% dos lucros líquidos até que esta represente pelo menos 20% do capital social (Artº 444 do Código Comercial). Esta reserva não é distribuível e só pode ser utilizada para incorporação no capital ou para cobrir prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas.

De acordo com deliberação da Assembleia-Geral dos Accionistas, ocorrida em 07 de Junho de 2013, o resultado líquido de 2012 no montante de 31.338.122 meticais, foi transferido para reservas de investimento, 20.369.779 meticais e distribuídos dividendos no montante de 10.968.343 meticais. Em 31 de Dezembro de 2013, este montante não foi ainda liquidado (Nota 15).

13. Provisões

A provisão para riscos e encargos refere-se integralmente à avaliação do risco a que a Empresa se encontra exposta, em consequência dos processos judiciais em curso, nomeadamente no que respeita a uma acção movida por um ex-trabalhador, a qual já correu em julgado, tendo a Ceta sido condenada ao pagamento de uma indemnização, no montante 6.261.492 Meticais. A Empresa apresentou recurso junto do Supremo Tribunal e aguarda a decisão final, tendo entretanto constituído uma garantia no Millenium BIM (nota 28).

14. Empréstimos obtidos

Esta rubrica compreende os seguintes empréstimos:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Não correntes		
Empréstimos bancários	39.995.642	15.379.862
Correntes		
Descobertos bancários	29.648.737	-
Empréstimos bancários	378.605.897	326.470.635
	408.254.634	326.470.635
	448.250.276	341.850.497

Os empréstimos obtidos são analisados como segue:

	Moeda	31-Dez-13	31-Dez-12
Não correntes			
Millennium BIM - 167004222 (i)	MZM	-	706.654
M & T BANK - 67 (iii)	USD	9.079.662	14.673.208
Banco Único - 1335200010 (ii)	USD	22.159.535	-
Banco Único - 1310500009 (ii)	MZN	5.197.985	-
Banco Único - 1310500013 (ii)	MZN	3.558.460	-
		39.995.642	15.379.862
Correntes			
Millennium BIM - 250211113 (i)	MZM	269.957.862	270.000.000
Millennium BIM - 274167688 (i)	MZM	5.380.366	-
Millennium BIM - 167004222 (i)	MZM	736.628	1.868.041
Millennium BIM - 133955643	MZM	-	30.042.855
Millennium BIM - 178466712 e 178458855	MZM	-	7.235.776
Banco Único - 1319100001 (ii)	MZN	88.204.000	-
Banco Único - 1335200010 (ii)	USD	4.460.465	-
Banco Único - 1310500009 (ii)	MZN	3.073.908	-
Banco Único - 1310500013 (ii)	MZN	720.989	-
M & T BANK - 67 (iii)	USD	6.071.679	5.787.817
FNB - 2234245 10 001 (iv)	MZN	29.648.737	-
Standard Bank - LD 531300501	USD + ZAR	-	11.536.146
		408.254.634	326.470.635
		448.250.276	341.850.497

(i) **Millennium Bim**

- Contrato n° 250211113

Conta corrente caucionada com o limite máximo de 270.000.000 de meticais. Este empréstimo vence juros à taxa PLR acrescida de um spread de 6%. Como garantia do pontual e integral cumprimento de todas as obrigações emergentes deste contrato, a Empresa prestou diversas garantias (Nota 28).

- Contrato n° 274167688

Este contrato foi firmado sob a forma de factoring com recurso em Julho de 2013. Os adiantamentos são efectuados até um máximo de 90% sobre os créditos cedidos, até um limite de 105 milhões de meticais. Este financiamento vence juros à taxa PLR acrescida de um spread de 3,5%, sendo debitada uma comissão de 5% sobre os valores adiantados. Em 31 de Dezembro de 2013, o valor em dívida corresponde a uma factura da Administração Nacional de Estradas cedida em Novembro do presente exercício económico.

- Contrato n° 167004222

Este empréstimo foi contraído em 2009, 5 anos, destina-se à reestruturação da responsabilidade em curso sob forma de conta corrente caucionada, vence juros à taxa anual variável correspondente à taxa PLR, para o metical sucessivamente em vigor, acrescida de um spread de 3%.

(ii) **Banco Único**

- Contrato n° 1319100001

Este financiamento assume a forma de conta corrente caucionada até um máximo de 90 milhões de meticais. Foi contraído por um prazo de seis meses, sendo que findos estes seis meses este financiamento deverá ser reembolsado na totalidade. Este empréstimo vence juros à taxa PLR acrescida de um spread de 4%.

- Contrato n° 1335200010

Empréstimo no montante de 880 milhares de dólares americanos contraído com a finalidade de aquisição de diverso equipamento à Agricon, ltd. Este empréstimo foi concedido por um prazo de 4 anos, sendo o reembolso efectuado em 48 prestações mensais e sucessivas e vence juros à taxa PLR acrescida de um spread de 4%.

- Contrato n° 1310500009

Financiamento no montante de 10 milhões de meticais, contraído com a finalidade de aquisição de equipamento diverso à Centrocar Moçambique. Este empréstimo foi concedido por um prazo de 3 anos, sendo o reembolso efectuado em 36 prestações mensais e sucessivas e vence juros à taxa PLR acrescida de um spread de 5%.

- Contrato n° 1310500013

Este financiamento, no montante de 5.035.405 meticais, foi contraído com a finalidade de aquisição de uma escavadora de rastos junto da Centrocar. Este financiamento foi concedido por um prazo de 3 anos, sendo reembolsado em 36 prestações mensais e sucessivas e vence juros à taxa PLR acrescida de um spread de 5%.

(iii) **M&T Bank**

- Contrato n° LD/611600503

Este empréstimo foi contraído em 2011, por um período de 5 anos e destina-se à compra de equipamento de construção; vence juros à taxa de 0,47% acrescido de um spread de 3% e o reembolso é numa base semestral.

(iii) FNB

- Contrato 2234245 10 001

Corresponde a descoberto bancário autorizado.

15. Outros passivos financeiros

A rubrica de outros passivos financeiros decompõe-se como segue:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Não correntes		
Locações financeiras	a) 18.706.254	53.383.358
	18.706.254	53.383.358
Correntes		
Locações financeiras	a) 42.669.636	78.101.441
Empréstimos obtidos - accionistas (Nota 27)	b) 54.180.000	54.180.000
Resultados atribuídos	c) 32.893.611	1.579.824
Adiantamento de clientes	d) 427.311.368	507.863.889
Emose, SA	4.787.648	4.769.801
Outros credores	26.504.224	17.214.888
Outros credores - accionistas (Nota 27)	830.146	1.579.824
	589.176.633	665.289.667
	607.882.887	718.673.025

- a) As locações financeiras correspondem a diversos contratos firmados com as seguintes instituições financeiras, para a aquisição de viaturas e equipamentos diversos:

	31-Dez-13	31-Dez-12
<u>Não Corrente</u>		
Millenium BIM Leasing - MZM	12.619.870	33.483.955
BCI Leasing - MZM	-	3.297.468
Standard Bank - MZM	1.034.153	9.863.008
Standard Bank - USD	1.211.300	6.738.927
Banco Único MZM	3.356.237	-
FNB MZN	484.694	-
	18.706.254	53.383.358
<u>Corrente</u>		
Millenium BIM Leasing - MZM	23.723.108	27.251.390
BCI Leasing - MZM	1.000	13.384.884
Standard Bank - MZM	9.767.409	12.597.808
Standard Bank - USD	6.205.088	7.992.207
Banco Único MZM	733.417	-
FNB MZN	152.806	-
Barclays Bank MZM	2.047.696	10.985.105
Centrocar - Centro de Equipamentos Mecanicos	39.112	5.890.047
	42.669.636	78.101.441
	61.375.890	131.484.799

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, foram contraídos 2 contractos de locação financeira junto do Millenium BIM, 4 contractos junto do banco único e 1 junto do FNB, todos eles para aquisição de viaturas.

- b) Este montante é referente a fundos obtidos junto da Insitec Constrói a título de empréstimo. Este financiamento não vence juros, não tem prazo, nem plano de amortização definido.
- c) Os resultados atribuídos detalham-se conforme se segue:

	31-Dez-13
Resultados 2010	20.345.444
Resultados 2012	10.968.343
Outros	1.579.824
	32.893.611

O montante referente a resultados de 2010, corresponde a dividendos relativos àquele exercício, os quais foram distribuídos apenas no decurso de 2013. Com efeito, em 2013, foram distribuídos 44.357.121 meticais, dos quais foram liquidados apenas 24.011.677 meticais.

O montante referente a resultados de 2012, corresponde a dividendos relativos àquele exercício, distribuídos no decurso de 2013, os quais não foram, até 31 de Dezembro de 2013, liquidados (Nota 12).

d) Os adiantamentos de clientes apresentam-se como segue:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Monte Adriano - construção e reabilitação de estradas	187.030.581	-
Somague - Exploração de pedreiras / movimentação de terras	65.347.565	-
Construção da Estadas R763 - Mangade Namaua	42.924.539	54.633.067
Universidade Pedagógica - Construção do edifício da reitoria	36.610.533	-
Conselho Municipal de Maputo - Reabilitação do Jardim do Tunduro	27.673.135	-
Governo da Província de Cabo Delgado - Construção do edifício governamental e distrital de Muidumbe	25.876.456	45.924.238
IDPPE - Construção de edifício	12.071.517	-
Rio Doce Moçambique - Construção de Edifícios para Vale	9.779.514	25.305.955
Construção da Estrada Chitunda	5.588.873	13.985.531
Conselho Municipal de Maputo - Construção do cemitério de Michafutene	4.882.147	7.430.958
Conselho Municipal da Beira - Manutenção de ruas e avenidas da cidade da Beira	3.953.282	-
Reabilitação da estrada de Chimoio- Machipanda	3.666.119	9.176.666
Ministério da Educação - IMAP - Vilanculos	1.874.807	1.874.807
Acesso ao Estadio Nacional de Zimpeto	-	28.015.317
Reabilitação das Casas de Reassentamento de Catembe	-	96.136.310
Abastecimento de Água em Mueda	-	58.583.963
Drenagem da Cidade de Quelimane	-	92.379.574
Construção de 509 casas - Rio Tinto	-	25.698.943
Consorcio Conduril Ceta	-	44.461.732
Outros	32.300	4.256.828
	427.311.368	507.863.889

O valor dos adiantamentos efectuados pelo Monte Adriano resultam do contrato de subempreitada para a construção e reabilitação da estrada R602 entre Mágoe e Mucumbura e da estrada R601 entre Estima e Maroeira, na província de Tete e das estradas N103 e R567 entre Magige, Etara e Cuamba, nas províncias da Zambézia e Niassa.

Este contrato foi firmado em Dezembro de 2013 pelo montante de 1.205.747.607 meticais (iva incluído), tendo sido exigido um adiantamento de 20% do valor do contrato. Estima-se que esta obra esteja concluída em 18 meses.

O valor do adiantamento efectuado pela Somague está relacionado com o contrato de empreitada para a exploração de pedreiras, movimento de terras, drenagens e paisagismos. O valor do contrato estima-se em 52.584.156 dólares norte-americanos tendo sido exigido um adiantamento no montante de 2.247.186 dólares norte-americanos.

16. Outros passivos correntes

Os outros passivos correntes incluem os seguintes saldos:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Estado	258.946.915	217.948.635
Gastos a liquidar		
Fornecimentos e serviços terceiros diversos	234.378.227	48.429.932
Pessoal - Férias	11.047.425	12.723.469
Juros	5.458.133	1.206.872
	<u>250.883.785</u>	<u>62.360.273</u>
Rendimentos diferidos		
Diferimento pelo grau de acabamento das obras	664.440.662	144.980.865
Diferimento da mobilização da obra reabilitação de reassentamento na Catembe	-	21.208.525
	<u>664.440.662</u>	<u>166.189.390</u>
	<u>1.174.271.362</u>	<u>446.498.298</u>

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica Estado detalha-se conforme segue:

	31-Dez-13	31-Dez-12
IVA	209.971.699	202.955.902
IRPS retido na fonte	7.598.211	3.898.100
Contribuições para o INSS	925.710	3.341.342
Outros	199.629	94.500
Impostos sobre o rendimento (nota 26)	40.251.666	7.658.791
	<u>258.946.915</u>	<u>217.948.635</u>

Em 31 de Dezembro de 2013, a rubrica de gastos a liquidar – fornecimentos e serviços terceiros diversos detalha-se conforme segue:

	31-Dez-13
ENH	(a) 76.265.940
Natong	(b) 36.861.280
CORAM	(c) 28.515.495
Infraset Swazi (PTY) LTD	31.459.597
Sodel - despachante aduaneiro	10.445.336
LST Bulk Transport Kenzam	10.830.347
Outros diversos	40.000.232
	<u>234.378.227</u>

- a) Este montante é referente a materiais directamente adquiridos por este cliente, que serão debitados no decurso do próximo exercício. Este acréscimo foi registado por contrapartida da rubrica da demonstração de resultados “Subcontratos” (Nota 22).

- b) Este montante foi transferido da Insitec Constrói em virtude de a Ceta ter assumido o contrato de construção do edifício para o Instituto Superior Politécnico do Songo, obra tutelada pelo Ministério da Educação – DIPLAC. Refere-se a trabalhos efectuados ao abrigo deste projecto, os quais não foram, até 31 de Dezembro de 2013, facturados.
- c) Este montante corresponde ao acréscimo de gasto para serviços de abastecimento de água efectuados pela Coram, no decurso de 2013, os quais não foram a 31 de Dezembro de 2013, facturados.

Os diferimentos por grau de acabamento respeitam às seguintes obras:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Drenagem de água da cidade de Quelimane	168.639.448	-
Reabilitação dos reassentamentos de Catembe	96.516.424	-
Cemitério de Michafutene	74.652.404	47.966.864
Escola Secundária de Nampula - Lote 1 Natikir e Namapa	67.406.839	-
Estrada Macomia - Oasse	46.414.178	-
Manutenção Periódica das Ruas de Maputo	27.210.023	27.210.023
Reabilitação ruas e avenidas da cidade da Beira	26.749.465	-
Construção da estrada Nangade - Namaua	24.157.335	-
Sistema de abastecimento de água em Mueda	22.908.865	-
Construção de 509 Casas - Riv ersdale	20.499.113	20.499.113
Construção da estrada Ntchinga - Chitunda	19.279.556	-
Hospital Rural de Vilanculos	17.982.896	17.982.896
Limpeza de Drenagens e Valas Maputo	10.497.667	10.497.667
Reabilitação da estrada de Machipanda	9.425.333	9.425.333
Instituto Superior Politécnico do Songo	8.910.957	-
Reabilitação da Rua da Chota	5.286.239	5.286.239
Muendumbe - Edifício do Governo	4.777.653	-
Asfaltamento da Cintura da Cidade de TETE	4.386.607	4.386.607
Manutenção da estrada Mopeia Luabo	1.726.123	1.726.123
Construção do edifício da reitoria da Universidade Pedagógica	1.041.945	-
Outros	5.971.592	-
	664.440.662	144.980.865

17. Fornecedores

A rubrica de fornecedores decompõe-se conforme segue:

	<u>31-Dez-13</u>	<u>31-Dez-12</u>
Fornecedores - mercado nacional	429.111.353	441.198.578
Fornecedores - mercado externo	56.772.104	28.290.615
	<u>485.883.457</u>	<u>469.489.193</u>

Os fornecedores mercado nacional apresentam os seguintes saldos:

	<u>31-Dez-13</u>	<u>31-Dez-12</u>
CFM - Brigada reconstituição da linha de Sena	58.420.635	56.981.593
Petromoc	46.179.265	45.509.344
Cimbetão	42.151.685	44.423.799
Cimentos de Moçambique	18.050.056	3.058.965
CMC Africa Austral	17.076.971	9.029.180
TRI - M Mecano Matal Moçambique	12.856.404	15.811.228
Transporte mercadoria Carlos Miguel	12.347.705	5.359.304
Acel	12.058.360	19.108.360
Sociedade Distribuidora de Explosivos	11.114.091	9.248.755
Sulbrita	10.144.777	11.498.287
Construa	9.479.972	15.056.057
JFS Moçambique Engenh & Construção Lda	8.165.209	-
Unicomo Moçambique	8.078.432	8.080.112
Natong	7.841.339	-
Zambeze Paraíso	7.653.700	10.238.700
KIT Group Africa Trading	6.948.800	8.982.703
Trema - Transportes Elias Michael Antonas	6.404.217	933.660
Unispan	5.985.483	9.865.339
Tren Type	5.781.278	7.569.610
Cinac - Cimentos de Nacala	4.921.020	150.930
Jossefa Macamo	4.897.718	1.292.727
Sonil	4.682.178	6.966.178
SEMETEC - Sistema Electricos e Electronicos	4.314.376	15.486.198
Mozsafe	4.216.520	-
Profuro Internacional, Lda	4.022.050	465.115
Extin Maputo	4.302.615	813.222
Bricon	3.188.660	3.188.660
Planos e vedações	2.730.508	4.344.410
Space	2.115.398	14.694.299
Secama	1.108.361	2.620.826
Emose	-	2.262.605
Conduril	-	4.187.639
Triples	-	4.101.537
Outros	81.873.570	99.869.236
	<u>429.111.353</u>	<u>441.198.578</u>

Os fornecedores mercado externo apresentam os seguintes saldos:

	<u>31-Dez-13</u>	<u>31-Dez-12</u>
Barloworld Equipment UK Tld	27.642.052	-
Barloworld Equipment (PTY) Tld	12.456.700	5.332
Chav da & Associates	3.947.132	-
Jolando trading (PTY) Tld	2.564.035	11.280.403
Peixoto & Peixoto Lda	2.494.167	-
Manvia condutas	2.208.992	-
Empazol distributor	1.753.819	2.191.360
Triples	-	4.101.537
MC - Importação e exportação Lda	-	5.630.253
Outros	3.705.207	5.081.730
	<u>56.772.104</u>	<u>28.290.615</u>

18. Volume de negócios

As vendas e prestações de serviços analisam-se como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Vendas de mercadoria	41.520.224	67.285.416
Prestação de serviços	1.954.789.758	1.427.821.885
	<u>1.996.309.982</u>	<u>1.495.107.301</u>

As vendas de mercadorias representam essencialmente a venda de pedra e outros materiais a Empresas congéneres.

As prestações de serviços reflectem o reconhecimento do rédito do exercício com a realização de obras e empreitadas, calculados pelo método da percentagem de acabamento, em função dos gastos incorridos até à data de balanço e os gastos totais estimados da obra.

O detalhe dos rendimentos reconhecidos por obra é analisado como segue:

	2013	2012
Drenagem de Aguas da Cidade de Quelimane	484.362.221	414.235.629
Reabilitação de Casas de Reassentamento de Catembe	293.074.744	152.682.081
Manutenção Periodica Estrada Macomia - Oasse	232.439.084	156.354.969
Abastecimento de Agua de Mueda	149.195.224	77.240.809
Reabilitação de ruas e avenidas da cidade da Beira	83.773.442	-
Acesso ao Estadio Nacional no Zimpeto	72.208.371	59.142.487
Reabilitação Estrada Chimoio - Machipanda	71.147.682	91.362.613
Manutenção Periodica das ruas de Maputo	70.488.207	32.190.914
Pavimentação da Estrada Nangade - Namaua	57.755.831	-
Instituto Superior Politecnico de Songo	57.627.344	27.497.644
Estrada Maroeira/Magoé/Mucumbura	46.780.860	-
Muendumbe	38.804.517	-
Construção de edificios para v ale	37.450.834	1.777.609
Exploração de pedreiras / movimentação de terras (Somague)	26.457.019	-
Pavimentação Estrada Ntchinga - Chitunda	23.013.821	-
Limpeza Dragagem Valas Drenagem de Maputo	17.962.268	8.570.670
Reabilitação da Rua da Chota	15.505.102	38.874.818
Reabilitação do jardim do Tunduro	11.075.296	-
Construção de 509 casas - Riversdale	-	72.642.179
Construção da Escola Secundária de Kobe	-	29.805.659
Construção do Cemiterio de Michafutene	-	88.818.133
Construção do Edificio do Governo Distrital Muendumbe	-	76.279.967
Reabilitação da Estrada Mopeia - Luabo	-	30.266.849
Reabilitação da Rua Milagre Mabote	-	10.183.459
Construção e Reabilitação da Rua Timor Leste	-	13.267.746
Outras obras	165.667.891	46.627.650
	1.954.789.758	1.427.821.885

19. Custo dos inventários vendidos ou consumidos

Esta rubrica refere-se ao custo dos inventários vendidos a terceiros ou consumidos em obras, e analisa-se como segue:

	2013			
	Matérias Primas	Matérias Auxiliares	Materiais	Total
<i>Existências iniciais</i>	23.157.430	9.523.476	34.498.447	67.179.353
<i>Compras</i>	250.483.770	52.603.946	83.749.209	386.836.925
<i>Existências Finais</i>	(24.569.920)	(5.665.538)	(49.654.979)	(79.890.437)
<i>Custo do exercício</i>	249.071.280	56.461.884	68.592.677	374.125.841

	2012			
	Matérias Primas	Matérias Auxiliares	Materiais	Total
<i>Existências iniciais</i>	14.324.071	20.001.692	24.894.043	59.219.806
<i>Compras</i>	168.315.125	31.499.099	55.599.307	255.413.531
<i>Regularizações</i>	6.625.411	3.001	2.879.738	9.508.150
<i>Existências Finais</i>	(23.157.430)	(9.523.476)	(34.498.447)	(67.179.353)
<i>Custo do exercício</i>	166.107.177	41.980.316	48.874.641	256.962.134

20. Rendimentos suplementares

Os rendimentos suplementares incluem, essencialmente, rendas e alugueres debitados a terceiros no montante de 4.757.233 meticais e correcções relativas a exercícios anteriores no montante de 7.919 milhares de meticais.

21. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal apresentam-se como se segue:

	2013	2012
Remunerações dos colaboradores	265.599.135	241.991.663
Segurança social	14.716.835	12.493.452
Subsidio de natal	12.352.287	12.741.903
Subsidio de alimentação	59.259.308	66.063.098
Subsidio de transporte	16.002.362	16.367.265
Horas extraordinárias	20.038.559	12.497.746
Prémios e incentivos a produção	30.449.385	25.810.130
Compensações diversas aos trabalhadores	14.293.718	9.407.131
Retroactivos	2.071.875	4.227.129
Ferías	16.478.049	17.629.542
Avenças	40.200	36.850
Seguros	5.212.240	6.126.622
Encargos sociais	5.005.045	12.493.452
Assistência medica	3.995.829	6.864.438
Outros	25.350.451	15.178.416
	490.865.278	459.928.837

O número médio de empregados é repartido do seguinte modo:

	2013	2012
Efectivos	318	336
Eventuais	1.839	2.331
Estrangeiros	31	33
	2.188	2.700

22. Fornecimentos e serviços de terceiros

Os fornecimentos e serviços de terceiros apresentam-se como segue:

	2013	2012
Subcontratos	262.607.276	84.062.422
Combustíveis e lubrificantes	157.820.275	102.142.757
Betão	101.832.742	45.258.491
Transporte de carga	88.384.926	29.698.221
Deslocações e estadias	47.905.988	17.479.350
Rendas e alugueres	43.043.714	35.472.653
Seguros	20.355.208	7.378.395
Comunicações	11.726.280	13.068.940
Transporte de pessoal	10.655.521	15.082.056
Fardamentos e equipamentos de protecção e segurança	7.618.692	10.326.196
Segurança e protecção	7.027.602	9.220.477
Manutenção e reparação	6.542.488	4.641.497
Material de escritório	5.534.407	8.929.272
Electricidade	3.745.046	4.333.616
Artigos de uso doméstico	3.225.430	5.361.413
Água	1.577.724	1.593.652
Formação escolar e profissional	1.086.465	1.076.096
Outros	30.866.514	33.189.599
	811.556.296	428.315.103

A rubrica de subcontratos é composta, essencialmente, por gastos relacionados com subempreitadas.

A rubrica de gastos com combustíveis e lubrificantes inclui, essencialmente gastos com aquisição de gasóleo utilizado no decurso da actividade normal da Empresa.

23. Outros ganhos e perdas operacionais

Os outros ganhos e perdas operacionais apresentam-se como se segue:

	2013	2012
Multas e penalidades	(430.859)	(456.097)
Correcções relativas a exercícios anteriores	(23.156.223)	-
Quotas	(120.604)	(199.947)
Impostos e taxas	(2.049.374)	(4.062.118)
Responsabilidade social	(296.945)	(187.805)
Outros gastos e perdas operacionais	(12.145.188)	(14.296.204)
	(38.199.193)	(19.202.171)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	2.837.892	3.315.043
	2.837.892	3.315.043
Outros ganhos e perdas operacionais	(35.361.301)	(15.887.128)

24. Rendimentos e ganhos financeiros

Os rendimentos financeiros apresentam-se como segue:

	2013	2012
Juros obtidos	233.279	628.425
Diferenças de câmbio favoráveis	95.854.890	27.390.081
Juros de mora	9.248.310	23.160.669
Outros rendimentos e ganhos financeiros	282.177	34.667
	105.618.656	51.213.842

Os juros de mora resultam de débitos efectuados ao Consórcio Ceta-Conduril pelo atraso no pagamento de facturas, conforme contratualizado entre as partes.

25. Gastos e perdas financeiras

Esta rubrica compõe-se como segue:

	2013	2012
Juros suportados	106.987.787	111.861.761
Diferenças de câmbio desfavoráveis	5.953.404	72.041.362
Garantias bancárias	12.755.212	16.693.636
Encargos bancários	5.007.024	7.069.263
Outros gastos e perdas financeiros	18	2.908
	130.703.445	207.668.930

Os juros suportados incluem os gastos com juros de empréstimos, no montante de 82.737.558 meticais, e com juros de locação financeira, no montante de 23.014.830 meticais.

26. Impostos sobre o rendimento

Esta rubrica decompõe-se como se segue:

	2013	2012
Imposto corrente	(49.462.666)	(7.658.791)
Imposto diferido	7.484.301	5.405.074
	(41.978.365)	(2.253.717)

O movimento nos impostos diferidos foi o seguinte:

	31-Dez-12	Demonstração dos resultados		31-Dez-13
		Gasto	Rendimento	
Passivos por impostos diferidos				
Activos tangíveis	64.891.874	-	(5.276.271)	59.615.603
Diferenças de câmbio não realizadas	1.997.593	-	(1.997.593)	-
	66.889.467		(7.273.864)	59.615.603
Activos por impostos diferidos				
Diferenças de câmbio não realizadas	-	-	(210.437)	210.437
	-	-	(210.437)	210.437

	31-Dez-11	Demonstração dos resultados		31-Dez-12
		Gasto	Rendimento	
Passivos por impostos diferidos				
Activos tangíveis	70.296.948	-	(5.405.074)	64.891.874
Diferenças de câmbio não realizadas	1.997.593	-	-	1.997.593
	72.294.541		(5.405.074)	66.889.467

Os passivos por impostos diferidos resultam da reavaliação dos activos tangíveis e do aumento das depreciações resultante da adopção de taxas contabilísticas económicas e respectivos valores residuais.

A reconciliação da taxa de imposto corrente é a seguinte:

	2013		2012	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Resultado antes de imposto		142.051.698		33.591.839
Imposto a pagar à taxa nominal	32,00%	45.456.543	32,00%	10.749.388
Correcções fiscais				
Amortizações não aceites como custo fiscal	13,68%	19.431.670	17,79%	5.977.356
Multas , juros compensatórios	0,45%	639.996	0,00%	-
Indeminizações por eventos seguráveis	0,41%	582.813	0,00%	-
50% dos encargos com viaturas ligeiras de passageiros	1,82%	2.579.867	3,16%	1.061.631
Correcções relativas a exercícios anteriores	0,00%	-	10,87%	3.651.817
Diferenças de câmbio não realizadas	0,46%	657.616	2,13%	714.108
Outros custos não aceites	0,50%	714.748	6,18%	2.077.367
Benefícios fiscais	-2,72%	(3.868.024)	-11,61%	(3.901.037)
Imposto efectivo a liquidar	34,82%	49.462.666	60,52%	20.330.630
Utilização de prejuizos acumulados	-	-	-37,72%	(12.671.839)
Imposto corrente	34,82%	49.462.666	121,00%	7.658.791
Pagamento por conta e especial por conta		(9.211.000)		-
Imposto a pagar (Nota 16)		40.251.666		7.658.791

27. Partes relacionadas

Os saldos com as partes relacionadas apresentam-se como segue:

<i>Accionistas</i>		<u>Cientes/retenções</u>	<u>Activos financeiros</u>	<u>Fonecedores</u>	<u>Passivos financeiros</u>
Insitec Constrói	31-Dez-13	-	144.733.002	-	55.010.146
Insitec Constrói	31-Dez-12	-	33.263.868	-	55.759.824
Intellica	31-Dez-13	-	1.200.906	2.114.774	-
<i>Outras partes relacionadas</i>					
Consórcio Conduril Ceta	31-Dez-13	160.903.654	-	7.236.682	-
Consórcio Conduril Ceta	31-Dez-12	91.857.092	-	-	-
Ceta Rincon Joint v enture	31-Dez-13	62.997.361	-	-	-
Ceta Rincon Joint v enture	31-Dez-12	62.997.361	-	-	-
Ceta CMC Joint Venture	31-Dez-13	59.483.065	-	-	-
Ceta CMC Joint Venture	31-Dez-12	90.658.126	-	-	-
Ceta CMC Africa Austral Joint Venture	31-Dez-13	6.816.667	-	-	-
Insitec SGPS	31-Dez-13	-	172.683.818	-	-
Insitec SGPS	31-Dez-12	-	99.668.259	-	-
Intellica	31-Dez-13	-	-	-	-
Intellica	31-Dez-12	-	751.746	-	-
Insitec Imobiliária	31-Dez-12	-	2.000.000	-	-
Insitec Imobiliária	31-Dez-13	-	31.064.603	-	-

Benefícios do pessoal chave de gestão

As remunerações da Administração ascendem a 82.518.339 Meticais (75.091.630 Meticais em 2012), analisando-se como segue:

	<u>31-Dez-13</u>	<u>31-Dez-12</u>
Administradores	31.003.713	30.491.102
Directores	51.514.626	44.600.528
	<u>82.518.339</u>	<u>75.091.630</u>

28. Compromissos e contingências

Compromissos relativamente a locações financeiras

A Ceta firmou contratos de locação financeira com o Millenium Bim Leasing, BCI Leasing, Standard Bank, Banco Único e FNB. Estes contratos foram firmados com a finalidade de aquisição de equipamentos e viaturas. Os contratos têm uma duração média de 5 anos.

Os futuros pagamentos mínimos da locação segundo locações financeiras a 31 de Dezembro de 2013, e respectivos valores comparativos, são as seguintes:

	31-Dez-13	31-Dez-12
Menos de 1 ano	42.669.636	78.101.441
Entre 1 e 5 anos	18.706.254	53.383.358
	61.375.890	131.484.799

Compromissos relativamente a processos judiciais

Na sequência de um processo laboral movido por um ex-trabalhador, a Ceta foi condenada ao pagamento de uma indemnização de 6.261.492 Meticais (sentença nº 28/05). Devido ao elevado risco de dispêndio desta quantia, foi constituída uma provisão no mesmo montante. (Nota 13).

Garantias

O detalhe das garantias bancárias prestadas pela Ceta a terceiros, à data de 31 de Dezembro de 2013, apresentam-se como segue:

Banco	Montante	Moeda	Finalidade	Beneficiário
Millennium BIM	6.261.492	MZN	caução de sentença	Tribunal Judicial da Cidade de Maputo
Millennium BIM	2.897.145	USD	Adiantamento	Ministerio das Obras Publicas Habitação
Millennium BIM	1.448.572	USD	Garantia de boa Execução	Ministerio das Obras Publicas Habitação
Millennium BIM	30.000	MZN	Caução Provisória - Reabilitação da Rua da Beira	Administração Nacional de Estradas
Millennium BIM	650.000	MZN	Caução Provisória para concurso	Japan International Corporation Agency
Millennium BIM	150.000	USD	Caução Provisória para concurso	COREP-Secretariado Executivo
Millennium BIM	1.550.000	MZN	Caução Provisória para concurso	Secretaria Provincial da Zambeze
Millennium BIM	50.000	USD	Caução Provisória para concurso	Japan International Corporation Agency
Millennium BIM	50.000	USD	Caução Provisória para concurso	Japan International Corporation Agency
Millennium BIM	87.741	MZN	Caução Cautelar	Tribunal Judicial da Cidade de Zambezia
Millennium BIM	578.215	USD	Garantia Definitiva	Japan International Corporation Agency
Millennium BIM	453.218	USD	Garantia Definitiva	Japan International Corporation Agency
Millennium BIM	1.209.630	MZN	Caução Definitiva das Obras	Administração Nacional de Estradas
Millennium BIM	147.000	EUR	Caução Provisória para concurso	European Development Fun
Millennium BIM	147.000	EUR	Caução Provisória para concurso	European Development Fun
Millennium BIM	200.000	MZN	Caução Provisória para concurso	Banco de Moçambique
Millennium BIM	30.000	MZN	Caução Provisória para concurso	Universidade Pedagógica
Millennium BIM	667.217	MZN	Caução Definitiva	Conselho Municipal da Cidade de Tete
Millennium BIM	100.519	MZN	Caução de Recurso de apelação	Tribunal Judicial da Cidade de Maputo
Millennium BIM	1.482.603	USD	Adiantamento	JICS-Japan International Cooperation System
Millennium BIM	1.162.097	USD	Adiantamento	JICS-Japan International Cooperation System
Millennium BIM	5.873.181	MZN	Adiantamento	ANE-Administração Nacional de Estradas
Millennium BIM	1.739.800	MZN	Caução Definitiva	ANE-Administração Nacional de Estradas
Standard Bank	2.674.352	USD	Boa Execução- Drenagem de Quelimane	MCA- Mocambique (H2O-Quelimane)
EMOSE	3.415.767	MZN	Garantia de Boa Execução	Universidade Pedagógica-construção do Edifício pra Reitoria
EMOSE	22.771.777	MZN	Garantia de Adiantamento de Fundos	Universidade Pedagógica-construção do Edifício pra Reitoria
EMOSE	33.069.410	MZN	Garantia de Adiantamento de Fundos	Conselho Municipal de Maputo-Reab. Jardim Tunduru
EMOSE	16.534.705	MZN	Garantia de Boa Execução	Conselho Municipal de Maputo-Reab. Jardim Tunduru
EMOSE	2.247.186	USD	Garantia de Adiantamento de Fundos	Somague Moçambique,Lda
EMOSE	4.494.372	USD	Garantia de Boa Execução	Somague Moçambique,Lda
EMOSE	14.123.675	MZN	Garantia de Adiantamento de Fundos	Instituto Nacional de Des. Da Pesca de Pequena Escala
EMOSE	7.061.837	MZN	Garantia de Boa Execução	Instituto Nacional de Des. Da Pesca de Pequena Escala
EMOSE	824.732	MZN	Garantia de Boa Execução	ANA-Administração Nacional de Aguas
EMOSE	3.298.927	MZN	Garantia de Adiantamento de Fundos	ANA-Administração Nacional de Aguas

Adicionalmente, como garantia do pontual e integral cumprimento de todas as obrigações emergentes para a Ceta do contrato de financiamento firmado junto do BIM sob a forma de conta corrente caucionada, foram prestadas as seguintes garantias:

1. Livrança em branco, subscrita pela Empresa;
2. Hipoteca do imóvel sito na Av. Kenneth Kaunda, nº714, na cidade de Maputo, reavaliado em USD 652,290, em 12 de Julho de 2011, pela Arkimoz;
3. Hipoteca do imóvel sito na Av. Kenneth Kaunda, nº100/592, na cidade de Maputo, avaliado em Março de 2010, em USD 1.504.000, pela CPU;
4. Hipoteca do imóvel sito na Av. Julius Nyerere, nº141B/753, na cidade de Maputo, avaliado em USD 2.300.000, pela CPU;
5. Hipoteca do imóvel sito na Av. 25 de Setembro, nº420, 4º andar, fracção n4, na cidade de Maputo, avaliado em USD 1.342.900 meticais, pela Arkimoz;
6. Hipoteca do imóvel sito na Av. 25 de Setembro, nº420, 4º andar, fracção n5, na cidade de Maputo, avaliado em USD 1.200.000, pela Zambujo, em 24 de Abril de 2009;
7. Hipoteca de 6 fracções autónomas A, B, C, D, E, F e G do prédio sito na Av. 24 de Julho, nº2547, na cidade de Maputo;
8. Hipoteca do imóvel sito na Av. Filipe Samuel Magaia, nº720, na cidade de Maputo, prédio descrito na Conservatória do registo per dial sob o nº184, avaliado em USD 350.000, pela Zambujo em 10 de Julho de 2007;
9. Hipoteca de dois imóveis sitos nas cidades da Beira e Maputo, prédios descritos sob os números 4446 e 151.952, avaliados em USD 225.000 e USD 2.164.000, pela CPU, em Junho de 2007;
10. Hipoteca de dois imóveis sitos em Tete, Bairro Chingodzi, prédios descritos sob os números 2.443. e 2.442, avaliados, cada um, em USD 95.000, e Estaleiro Matema, avaliado em USD 1.050.000, pela Zambujo em 10 de Julho de 2007;
11. Hipoteca de imóveis sitos na cidade de Mocuba, avaliados em USD 3.000, USD 10.000 e USD 50.000, pela Zambujo em 10 de Julho de 2007.

29. Gestão de risco, objectivos e políticas

A actividade da Ceta é exposta a uma diversidade de riscos financeiros, o que envolve a análise, aceitação e gestão de certos graus de riscos ou combinação dos mesmos. O objectivo da Administração da Ceta é por isso alcançar um equilíbrio apropriado entre o risco e o retorno, e minimizar os efeitos potenciais adversos ao desempenho financeiro.

Desta feita, as políticas de gestão de risco da Ceta são desenhadas a fim de identificar e analisar estes riscos, estabelecer limites de risco e controlo, e monitorar os riscos e aderência aos limites através de sistemas de informação fiáveis e actualizados. A Ceta revê periodicamente as suas políticas de gestão de risco e sistemas a fim de melhor se precaver face às variações de mercado.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de mudanças nos preços de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio. O objectivo da gestão do risco de mercado é gerir e controlar o risco de mercado dentro de parâmetros que a Gestão considere aceitável.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro do fluxo monetário é o risco de que fluxos monetários futuros de um instrumento financeiro irão flutuar devido a alterações nas taxas de juro de mercado. O risco do justo valor da taxa de juro é o risco de que um valor de um determinado instrumento financeiro irá flutuar devido a taxas de juro do mercado. A exposição da Ceta face ao risco da taxa de juro prende-se aos empréstimos de taxa de juro variável.

A política da Ceta passa por obter financiamento por via de taxas fixas, assim como variáveis, a fim de minimizar as variações das taxas de juro.

A gestão do risco tem como principal objectivo a criação de valor através de processos de gestão.

A tabela abaixo sumariza a exposição da Ceta ao risco de taxa de juro, com referência a 31 de Dezembro de 2013 e 2012:

	<u>Aumento / diminuição da taxa de juro</u>	<u>Efeito em resultados antes de impostos</u>
31-Dez-13		
PLR - Prime Lending Rate	+3 p.p.	(12.103.506)
PLR - Prime Lending Rate	-3 p.p.	12.103.506
31-Dez-12		
PLR - Prime Lending Rate	+3 p.p.	(8.156.041)
PLR - Prime Lending Rate	-3 p.p.	8.156.041

Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa cambial é o risco que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de câmbio. As demonstrações financeiras da Ceta podem ser afectadas pelas variações das taxas cambiais MZN/EUR, MZN/USD, MZN/ZAR. A Ceta procura atenuar os efeitos de exposição à moeda estrangeira efectuando o maior número de operações em moeda nacional.

A tabela abaixo sumariza a exposição da Ceta ao risco de taxa de câmbio, a 31 de Dezembro de 2013 e 2012:

	31-Dez-2013				
	Total	MZN	EUR	USD	ZAR
Caixa e bancos	79.745.371	61.045.721	107.453	18.592.197	-
Clientes	1.105.339.427	1.105.339.427	-	-	-
Outros activos financeiros	610.855.243	533.124.016	168.063	-	77.563.164
	1.795.940.041	1.699.509.164	275.516	18.592.197	77.563.164
Empréstimos bancários	448.250.276	406.478.935	-	41.771.341	-
Fornecedores	485.883.457	429.243.944	3.126.923	46.931.968	6.580.622
Outros passivos financeiros	589.176.633	581.760.245	-	7.416.388	-
	1.523.310.366	1.417.483.124	3.126.923	96.119.697	6.580.622
Posição líquida	272.629.675	282.026.040	(2.851.407)	(77.527.500)	70.982.542

	31-Dez-2012				
	Total	MZN	EUR	USD	ZAR
Caixa e bancos	53.955.634	53.946.263	-	9.371	-
Clientes	752.776.109	752.775.309	-	800	-
Outros activos financeiros	226.786.120	226.786.120	-	-	-
	1.033.517.863	1.033.507.692	-	10.171	-
Empréstimos bancários	341.850.497	309.853.326	-	31.997.171	-
Fornecedores	469.489.193	445.862.973	-	1.783.094	21.843.126
Outros passivos financeiros	718.673.025	703.941.891	-	14.731.134	-
	1.530.012.715	1.459.658.190	-	48.511.399	21.843.126
Posição líquida	(496.494.852)	(426.150.498)	-	(48.501.228)	(21.843.126)

	<u>Aumento / diminuição da taxa de câmbio</u>	<u>Efeito em resultados antes de impostos</u>
<u>31-Dez-13</u>		
Euros	-10%	285.141
Euros	10%	(285.141)
Dólares norte-americanos	-12%	9.303.300
Dólares norte-americanos	12%	(9.303.300)
ZA Rands	-6%	(4.258.953)
ZA Rands	6%	4.258.953
<u>31-Dez-12</u>		
Euros	-10%	436.186
Euros	10%	(436.186)
Dólares norte-americanos	-12%	3.694.355
Dólares norte-americanos	12%	(3.694.355)
ZA Rands	-6%	831.899
ZA Rands	6%	(831.899)

Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco da Ceta incorrer numa perda pelo facto de as contrapartes e clientes não cumprirem com as suas obrigações. Para limitar este risco, a gestão recorre a diversas fontes gerindo os activos tendo por base a sua liquidez e monitoriza periodicamente os fluxos de caixa futuros e liquidez.

A exposição máxima ao risco a 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é a seguinte:

	<u>31-Dez-13</u>	<u>31-Dez-12</u>
Cientes (Nota 8)	1.105.339.427	752.776.109
Outros activos financeiros (Nota 9)	610.855.243	226.786.120
	<u>1.716.194.670</u>	<u>979.562.229</u>

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco da Ceta não ter capacidade financeira para satisfazer os seus compromissos associados aos instrumentos financeiros quando estes se vencem. Para limitar este risco, a gestão recorre a diversas fontes gerindo os activos tendo por base a sua liquidez e monitoriza periodicamente os fluxos de caixa futuros e liquidez.

A gestão deste tipo de risco, desenvolvida com recurso à análise dos prazos residuais dos diferentes activos e passivos do balanço, evidencia, para cada um dos diferentes intervalos considerados, a diferença entre os volumes de influxos de caixa e efluxos de caixa, bem como os respectivos gaps de liquidez.

O objectivo da Ceta é manter o equilíbrio entre a continuidade do financiamento e flexibilidade através da utilização de descobertos bancários, empréstimos bancários e locações financeiras.

31 de Dezembro de 2013	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos bancários	408.254.634	39.995.642	-	448.250.276
Fornecedores	485.883.457	-	-	485.883.457
Outros passivos financeiros	589.176.633	18.706.254	-	607.882.887
Outros passivos correntes e não correntes	1.175.647.647	-	-	1.175.647.647
	2.658.962.371	58.701.896	-	2.717.664.267

31 de Dezembro de 2012	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos bancários	326.470.635	15.379.862	-	341.850.497
Fornecedores	469.489.193	-	-	469.489.193
Outros passivos financeiros	609.529.843	109.143.182	-	718.673.025
Outros passivos correntes e não correntes	446.498.298	-	-	446.498.298
	1.851.987.969	124.523.044	-	1.976.511.013

Gestão de Capital

O principal objectivo da gestão do capital da Ceta é garantir um sólido rácio de capital de dívida a fim alavancar os seus negócios e maximizar o valor para os seus accionistas.

A Ceta gere a sua estrutura de capital de acordo com a evolução das condições de mercado. A fim de manter ou ajustar a sua estrutura de capital, a Ceta pode ajustar o pagamento de dividendos aos Accionistas, ou emitir novas acções.

Não foram efectuadas alterações nos objectivos, políticas ou processos para gestão de capital durante o ano findo em 31 de Dezembro de 2013 e 31 de Dezembro de 2012.

A CETA analisa o seu endividamento através do rácio de alavancagem.

	31-Dez-13	31-Dez-12
Empréstimos obtidos	448.250.276	341.850.497
Outros passivos financeiros correntes e não correntes	607.882.887	718.673.025
Outros passivos correntes e não correntes	1.174.271.362	446.498.298
Menos: Caixa e bancos	(79.745.371)	(53.955.634)
Dívida líquida	2.150.659.154	1.453.066.186
Capital próprio	297.069.070	252.321.198
Capital e dívida líquida	2.447.728.224	1.705.387.384
Rácio alavancagem	88%	85%

30. Acontecimentos após a data de balanço

Não se verificaram quaisquer eventos favoráveis ou desfavoráveis para a Ceta que afectem as presentes demonstrações financeiras ou que requeiram divulgação nas mesmas.

31. Outras divulgações

- A realização do projecto da CETA CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS foi autorizada por despacho de 20 de Janeiro de 1999, envolvendo investimento directo nacional.
- Por despacho de 01 de Março de 2008, o Ministério da Planificação e Desenvolvimento aprovou a renovação e o aumento do investimento no Projecto, do valor de USD 10.390.875 para o montante de USD 17.890.875, ao abrigo do disposto no artigo 23 do Regulamento da lei de investimentos, aprovado pelo Decreto nº 14/93, de 21 de Julho. Este aumento deverá ser realizado no prazo de cinco (5) anos, contados a partir de 10 de Março de 2008.
- Em consequência do referido aumento, o Projecto de Investimento e a CETA CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS, permanecem em vigor alguns dos incentivos fiscais previstos no Código dos Benefícios Fiscais aprovado pelo Decreto 16/2002, dos quais salientamos os seguintes:
- Crédito fiscal ao investimento (CFI) de 10% do total do investimento realizado em activo imobilizado adquirido em estado de novo para as actividades do projecto, a deduzir na colecta do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, durante 5 exercícios fiscais;
- Dedução, para efeito da determinação da matéria colectável pela Imposto de Rendimentos de Pessoas Colectivas - IRPC, do montante das despesas, efectiva e comprovadamente, realizadas com a formação de trabalhadores moçambicanos;
- Isenção dos direitos de importação sobre os bens de equipamento destinados exclusivamente á implementação e arranque da exploração do projecto (classe K);
- Amortização acelerada dos imóveis novos, utilizados na prossecução do empreendimento (aplicação do dobro das taxas fiscais);
- Isenção do Imposto de selo em actos de constituição de empresas e alterações de capital e do pacto social; e
- Redução em 50% da taxa de SISA na aquisição de imóveis destinados ao desenvolvimento de actividades do Projecto – durante 3 anos.

O Técnico de Contas

A Administração
